

10596 - Conflitos na Área de Preservação Ambiental Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim: proteger para quem?

Conflict in the Area of Environmental Preservation Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim: Protect for whom?

COSTA, Joanne¹; TAPIA-CORAL, Sandra²; SOARES, Edison³; MOTA, Adelaide²; SILVA, Adriana².

1Embrapa Amazônia Ocidental, Rodovia AM-10, Km 29, CP 319 - Manaus/AM- 69010-970, joanne.regis@cpaa.embrapa.br; 2Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Av. André Araújo, 2936, Aleixo, Manaus/AM, 69060-001, sandra@inpa.gov.br, adelaidemm@inpa.gov.br; 3Instituto Federal de Ensino, Educação, Ciência e Tecnologia, Av. Cosme Ferreira, 8045 - S. José Operário, [Manaus/AM](#) 69085-015.

Resumo: Conflitos em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) revelam a falta de elo entre os mecanismos de gestão ambiental, as comunidades envolvidas e as políticas governamentais. Neste trabalho, são apresentadas as contradições entre os objetivos da criação de uma APA e as atividades, de alto impacto ambiental negativo, realizadas pelas comunidades na APA Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim. Compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais com a presença humana exige esforços conjuntos. O não envolvimento da população que vive na área pode acarretar problemas ambientais irreversíveis.

Palavras-chave: Conflitos, Área de Proteção Ambiental, Comunidades Rurais.

Abstract: Conflicts in Environmental Protection Areas (APAs) reveal the lack of link between the mechanisms of environmental management, the communities involved and government policies. This paper presents the contradictions between the goals of creating an APA and activities, high negative environmental impact, conducted by the APA communities Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim. Reconcile the sustainable use of natural resources with human presence requires joint efforts. The non-involvement of people living in the area may cause irreversible environmental problems.

Keywords: Conflicts, Environmental Protection Area, Rural Communities.

Introdução

As áreas protegidas, definidas pela IUCN (International Union for Conservation of Nature) como uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes, são a base dos esforços da comunidade global para conservar a diversidade biológica (SCHERL et al., 2006). Dentre diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs), a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Artigo 18, Lei 6.938/31 de agosto de 1981) criou a categoria Área de Proteção Ambiental (APA), regulamentada pela resolução do CONAMA 010/14 de 1988. As APAs são destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. Essa categoria apresenta-se no sistema de áreas protegidas do Amazonas, sendo importante acompanhar sua implantação e seu papel na proteção da biodiversidade do Estado. Nesse contexto, este trabalho trata da análise da relação entre comunitários e a APA

Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim, considerando a efetividade da gestão e a pressão antrópica imposta sobre os recursos naturais.

Metodologia

A área de estudo:

A APA Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim, com 56.793 ha, está localizada entre os paralelos 2° 41'44" e 3° 03'37" Latitude Sul e meridianos 60° 03'41" e 60° 18'27" Longitude Oeste, no município de Manaus (Amazonas). Esta Unidade de Conservação foi criada, em 1995, pelo governo do Amazonas e juntamente com o Parque Estadual do Rio Negro criada pelo governo municipal, tem o objetivo de preservar duas importantes bacias hidrográficas (Tarumã-Mirim e Tarumã-Açu) (INCRA, 1999).

A cobertura vegetal predominante é caracterizada como Floresta Tropical Densa, contendo ainda formações de Floresta Tropical Aberta, Floresta aluvial periodicamente inundada (igapó), Campinarana e Área de Tensão Ecológicas, com outras formações edáficas e Área de Tensão Ecológica com áreas antrópicas, constituída de cultivos agrícolas, pecuária e vegetação secundária (PROAMBIENTE, 2002).

Os recursos hídricos existentes pertencem às bacias hidrográficas dos rios Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim. São rios de água preta, ácidas e pobres em minerais. O nível das águas pode variar de 1,5 a 3 metros na época da cheia que alcança seu máximo no mês de junho (PROAMBIENTE, 2002).

Os solos da área em questão são classificados como: Latossolo Amarelo nos platôs, podzólico Vermelho-Amarelo nas encostas e Arenos Hidromórficos nos baixios. Quanto a textura, é argilosa nos platôs, nas encostas varia de argilo-arenosa (próximos aos platôs) e areno-argilosa (próximos aos baixios) e nos baixios é arenosa, sendo solos muito ácidos (PROAMBIENTE, 2002).

Naquela área, em 1992, o INCRA criou o Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim (PA), na gleba Cuieiras/Tarumã, por meio da Resolução N° 184/92 em 10/08/92 (INCRA-AM, 1999). O assentamento situa-se paralelo a BR-174 (Rodovia Manaus-Boa Vista), entre a margem oeste do rio Tarumã-Açu e a leste do rio Tarumã-Mirim, afluentes da margem esquerda do Rio Negro.

O PA Tarumã-Mirim esta situado em quase sua totalidade dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro, Setor Tarumã Açu – Tarumã Mirim, e sua porção noroeste faz parte do Parque Estadual do Rio Negro. A área do assentamento é de 42.910,76 ha com um perímetro de 110,63km abrangendo 1042 lotes com tamanho médio de 25 ha destinados à agricultura familiar e 7088,62 ha de reservas florestais coletivas (INCRA, 1999).

A pesquisa:

Para este estudo, realizou-se a pesquisa de dados secundários e primários. Foram entrevistados 27 comunitários da Comunidade Pau Rosa, com formulários compostos de perguntas abertas e fechadas. Além disso, a equipe do projeto “Tarumã Vida” tem participado de reuniões com comunitários das comunidades Pau Rosa, Buriti e Cristiano de Paula, bem como realizado conversas informais, diagnósticos específicos das propriedades agrícolas e cursos de capacitação.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (BUARQUE, 2002) e o Diagnóstico Agroflorestal desenvolvido pelo Núcleo Agroflorestal do INPA (Leeuwen, não publicado) foram instrumentos usados como base para entender o funcionamento das comunidades e das propriedades agrícolas, o uso do solo, limitações e potencialidades, os impactos ambientais, tipos de manejo, disponibilidade de mão-de-obra etc.

Resultados e discussão

É perceptível a existência de uma desconformidade entre instrumentos de gestão ambiental, as comunidades envolvidas e o gerenciamento da APA Tarumã-Açu /Tarumã-Mirim por parte do poder público. Um fator que agrava o processo de degradação de uma área protegida legalmente é a existência de Projeto de Assentamento superpondo a Unidade de Conservação, o que gera inevitáveis conflitos ambientais, conforme Schweickardt (2001). Apesar da relevância ecológica da área em questão, as atividades antrópicas são bastante predatórias, sendo a queima da madeira para produção de carvão, uma das principais atividades. O desmatamento é realizado intensivamente inclusive nas áreas de encosta e matas ciliares e comumente nas áreas desmatadas não há atividades agrícolas. Pelo menos, 2 toneladas de carvão vegetal, produzidos de forma ilegal e a partir da queima da mata nativa e de capoeiras, são comercializadas semanalmente. Os preços de venda são mais baixos (até 400%) do que os valores comercializados em Manaus. Os carvoeiros preferem a informalidade devido às exigências da legislação ambiental, como autorização para o desmatamento, o transporte do produto e a declaração de venda devidamente legalizada.

Resultados divulgados pela UFAM revelaram uma intensificação do desflorestamento na área de estudo entre os cenários de 1990 e 2009. A APA apresentava taxa de antropização de 5,51% em 1990, que se intensificou ao longo dos anos até 2009 quando registrou uma perda de 12,91% de sua cobertura vegetal, equivalente a 6.727,14 ha. Foi identificado que o Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim ocupa 83% da área da APA, sendo responsável por 78% de todo o desflorestamento ocorrido na Unidade de Conservação até o ano de 2009 (SILVA e ALMEIDA, 2010).

As queimadas para limpeza da área são comuns e, algumas vezes, realizadas sem o devido controle. A caça clandestina é realizada e faz parte da alimentação das famílias locais menos favorecidas.

Além disso, verificou-se que existe baixo rendimento mensal das atividades, má qualidade das vicinais, baixa escolaridade, saneamento básico precário, serviços médico-odontológicos insuficientes para a demanda, venda de terrenos não titulados, ocupação irregular, falta de assistência técnica e ausência de controle sobre o extrativismo vegetal.

Observou-se o desconhecimento quase total da categoria APA. Os assentados que

sabiam da sobreposição da APA e assentamento, questionaram a falta de diálogo entre o poder público e as comunidades quanto à criação e ao gerenciamento da mesma. A finalidade da APA é compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais com a presença humana. Porém, na prática, há um grande distanciamento entre a legislação e as formas de sobrevivência das famílias. Afinal, proteger para quem? Se a população não estiver integrada à gestão da UC e se percebê-la apenas como uma área de uso restrito não haverá o elo necessário para o atingimento dos objetivos da criação da UC. No Quarto Congresso Mundial de Parques, participantes concordaram na Declaração de Caracas que a gestão de áreas protegidas “tem que ser realizada de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais” e encorajaram as “comunidades, organizações não-governamentais e instituições do setor privado a participar ativamente da criação e gestão de parques nacionais e áreas protegidas” (McNEELY, 1993). No Quinto Congresso Mundial de Parques foi recomendado que “as áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridas”. Mais ainda, a não ser que se tornem mais relevantes para as estratégias nacionais de desenvolvimento e para os direitos e necessidades da população local, muitas áreas protegidas ficarão cada vez mais ameaçadas (DUDLEY *et al.*, 1999; BARROW e FABRICIUS, 2002).

Quando foi iniciado o projeto “Tarumã Vida”, a equipe formada por pesquisadores da Embrapa, Ifam (zona leste) e Inpa, verificou o grande interesse de um pequeno grupo em integrar-se a projetos de pesquisa e desenvolvimento participativo. Percebeu-se que os comunitários pretendiam continuar morando na área e mudar as atividades impactantes. Foi mencionado o grande fluxo migratório rural-urbano existente, mas que esse retorno para o meio urbano não seria a melhor solução. Todos os assentados afirmaram ser importante preservar a floresta porque ela oferece bens e serviços ambientais, porém, consideram que o desmatamento está diretamente vinculado à necessidade de sobrevivência, não sendo apenas o modelo produtivo que dita a modificação do meio ambiente, mas a ausência de políticas públicas eficazes voltadas para os assentados, capazes de melhorar a qualidade de vida e ao mesmo tempo preservar a floresta.

O grupo pretendia formar uma associação e vários cursos foram solicitados para a sua capacitação. Com o passar do tempo e, uma vez treinados, começaram a abandonar a produção de carvão vegetal e a produzir hortaliças, além de realizar o reflorestamento de suas propriedades. Foi criada uma associação e vários outros benefícios foram alcançados. Contudo, mesmo com resultados importantes, esta é uma ação pontual, uma forma embrionária de mudança, realizada apenas em três comunidades (Pau Rosa, Buriti e Cristiano de Paula) na área do assentamento. Faz-se necessário uma política de desenvolvimento sustentável única, englobando toda aquela área.

As restrições impostas pela legislação ambiental, embora embasadas em princípios de preservação ambiental, falharam no caso apresentado aqui por desconsiderar os habitantes da APA. Se levarmos em conta que o sucesso de qualquer política ambiental depende de uma integração com as populações locais é um pressuposto condicional levar em consideração sua forma particular de utilizar os recursos naturais, o seu modo de fazer e viver em comunidade e a sua identidade cultural (BENATTI, 1999).

Portanto, a política de conservação dos recursos naturais por meio de APAs precisa de maior aproximação com as comunidades envolvidas e alternativas eficazes para concretização de uma adequada gestão de UCs.

Bibliografia Citada

BARROW, E. e FABRICIUS, C. Do rural people really benefit from protected areas – rhetoric or reality? **Parks** 12 (2): 67-77, 2002.

BENATTI, J. H. **Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político?** Macapá: NAEA/UFPA. Mimeografado, 1999.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

DUDLEY, N., GUIJA, B., JACKSON, W., JEANRENAUD, J-P., OVIEDO, G., PHILLIPS, A., ROSABELI, P., STOLTON, S., e WELLS, S. Challenges for Protected Areas in the 21st Century. In: **Partnerships for Protection: New Challenges for Planning and Management for Protected Areas.** WWF e IUCN. Earthscan, 1999.

INCRA-AM. **Informações do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim.** Manaus, 1999. 67p.

McNEELY, J.A. (Org.) **Parks for Life: Report of the 4th World Congress on National Parks and Protected Areas.** IUCN, Gland, Switzerland, 1993.

PROAMBIENTE. **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia. Diagnóstico Rápido e Participativo do Pólo Pioneiro do PROAMBIENTE no Amazonas – Manaus (Projeto de Assentamento Tarumã- Mirim) e Município Rio Preto da Eva.** Manaus, 2002, 52p.

SCHERL, L. M.; WILSON, A.; WILD, R.; BLOCKHUS, J.; FRANKS, P. McNEELY, J. A.; McSHANE, T.O. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações.** IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. viii + 60pp.

SCHWEICKARDT, K.H.S. Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia: Encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental do Estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM. 2001.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.